apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS EM GREVE EM DEFESA
DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

Este é um momento histórico. Pela primeira vez decidem os docentes das Instiuições de Ensino Superior federais iniciar uma GREVE NACIONAL UNIFICADA. Torna-se necessário ter absoluta clareza sobre o que nos une nessa luta comun: a firme disposição de impedir a tentativa de destruição da Universidade Pública Brasileira, empreendida pelo governo.

Dois anos de experiência mostram que está sendo seguida, com determinação, a mesma política aducacional do regime militar: trata-se de privatizar o controle sobre a produção e transmissão do conhecimento na universidade. Para isso os professores das IES federais devem ser forçados a vender serviços em troca de complementação salarial e as IES devem ser obrigadas a captar recursos no mercado e, adicionalmente, introduzir o ensino pago, para complementarem seus orçamentos. Como instrumentos para levar docentes e universidades a seguirem esse caminho, o governo adota o corte de verbas em termos reais, o rebaixamento salarial, o veto a benefícios que tornem atrativa a carreira docente, a proibição de novas contratações. As consequencias são óbvias: crescente evasão, com os professores procurando salários dignos em outras profissões, deterioração, até mesmo física, das IES federais, perda de qualidade do ensino. A política governamental para a educação superior é, portanto, uma política deleberada de destruição do ensino superior público e gratuito. Esse foi o sentido fundamental do projeto do GERES, que o MEC tentou impor em 1986 e que foi amplamente repudiado pela comunidade universitária e científica. Esse é o sentido da reação do governo a nossas reivindicações.

Enfrentar essa política exige o entendimento de que os pontos seguintes são peças indissociáveis de um conjunto maior, que representa a xepressão das condições mínimas indispensáveis à sobrevivência de um ensino superior público, gratuito e competente:

- verbas que possibilitem o pleno funcionamento das IES federais e fim da proibição de contratações;
- solução para a enorme defasagem salarial que atinge os docentes;

Rua Carangola, 288 - Sala 4 e 5 - FAFICH - UFMG - Telefone: (031) 223-9504 - Belo Horizonte - Minas Gerais

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

- aposentadoria integral;
- definição de um plano de cargos e salários.

Em vista disso, é da perpectiva de que esses itens formam um bloco indivisível que deve ser entendida nossa pauta de reivindicações. Não é possível aceitar, portanto, que o projeto de lei instituindo a carreira única e a isonomia salarial, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, torne a greve injustificável, segundo afirma o ministro da Educação. Esse projeto de lei, longe de ser uma concessão governamental, é uma conquista do movimento docente, arrancada do governo após dois anos de promessas oficiais não cumpridas. Com ele se poderá reparar uma antiga injustiça - a remuneração desigual para trabalhos iguais - e favorecer a ação unificada dos docentes de toda a rede federal de ensino superior.

É fundamental porém compreender que a aprovação definitiva e conversão em lei daquele projeto, o que ainda não está garantido, não constitui uma resposta à nossa pauta de reivindicações.

Conquistá-las exigirá muita capacidade de pressão do movimento docente, ATRAVÉS DA GREVE NACIONAL, única forma de demover o governo de suas posições inflexíveis.

Requeremos salários de acordo com uma tabela elaborada de forma a tornar viável a dedicação dos professores à universidade. O governo quer fazer vigorar os valores atualmente pagos nas IES fundacionais, complementamente defasados frente ao custo de vida.

Exigimos verbas em montante calculado para garantir a manutenção e melhoria das universidades federais. O governo mantém, em termos reais, o corte progressivo de verbas.

Reivindicamos aposentadoria integral e o fim da proibição da contratação de professores. O governo diz: NÃO!

Queremos uma estrutura de carreira adequada à atividade docente. Quem pode acreditar que o MEC concordará?

A intransigência do governo tem sua origem na política voltada pra a inviabilição do ensino superior público.

Nossa disposição ao diálogo tem sua origem na defesa da universidade de que a imensa maioria da população necessita.

É por tudo isso que A GREVE NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR FEDERAL É EXPRESSÃO DA LUTA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA NO BRASIL.